

Abril – Junho 2011 • Ano 1 • Número 1

# TRANSPARÊNCIA

**IBRACON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

## Oportunidades e desafios

O que o setor de auditoria e contabilidade espera para este ano

## Em franca evolução

A presidente da CVM, Maria Helena Santana, fala da expansão do mercado de capitais no Brasil

## Porta para o futuro

Adoção das IFRS facilita acesso a crédito por pequenas e médias empresas







- 5 Editorial
- 6 Em franca evolução  
Presidente da CVM fala da expansão do mercado de capitais
- 12 Fronteiras digitais  
Como as novas tecnologias vão mudar o mundo dos negócios
- 18 Luz no fim do túnel  
Indústria tem projeto para cortar "custo Brasil" na Amazônia Legal
- 24 Oportunidades e desafios  
O que o setor de auditoria e contabilidade espera para 2011
- 30 Um grande exemplo  
IFRS eleva potencial brasileiro de atração de capitais
- 33 Porta para o futuro  
Novo padrão de contabilidade facilita crédito para PMEs
- 36 Perfil  
Conheça José Alonso, ex-presidente do Ibracon, 59 anos de profissão
- 42 Setor público  
Dificuldades e benefícios da nova contabilidade
- 46 Educação  
Ibracon terá 110 cursos este ano
- 48 Artigo  
Sir David Tweedie comenta liderança do Brasil na convergência
- 50 Teste de qualidade  
Exame de suficiência ajuda a elevar padrão da profissão



### **A Revista Transparência Ibracon**

é uma publicação do  
Ibracon – Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.  
CEP 01323-001  
Bela Vista, São Paulo, SP  
Tel/Fax: (11) 3372-1223  
www.ibracon.com.br  
revistatransparencia@ibracon.com.br

### **Conselho de Administração**

Ana Maria Elorrieta  
Antônio Carlos de Castro Palácios  
Eduardo Augusto Rocha Pocetti  
Fernando Dantas Alves Filho  
Guy Almeida Andrade  
Hildebrando Oliveira de Abreu  
Jorge Ribeiro dos Passos Rosa  
Juarez Lopes de Araújo  
Luiz Guilherme Frazão São Pedro  
Mário Vieira Lopes  
Paulo César Santana  
Pedro Augusto de Melo  
Ricardo Júlio Rodil  
Sérgio Laurimar Fioravanti  
Sílvio Leitão de Castro e Silva  
Walter Arnaldo Andreoli

### **Diretoria Nacional**

Presidente  
Ana Maria Elorrieta  
Diretor Técnico  
Idésio da Silva Coelho Júnior  
Diretor de Administração e Finanças  
Danilo Siman Simões  
Diretor de Desenvolvimento Profissional  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Diretor de Regionais  
Walter Dalsasso  
Diretor de Comunicação  
Adelino Dias Pinho

### **Superintendente**

Marco Aurélio Fuchida

### **Conselho Editorial**

André Luiz Bufoni  
Antonio Duarte Carvalho de Castro  
Heloisa Helena Montes  
Henrique José Fernandes Luz  
Iran Siqueira Lima  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Juarez Lopes de Araújo  
Marco Aurélio Fuchida  
Paulo César Santana  
Paulo Roberto de Toledo

Editora responsável



Av. Paulista, 509, cj. 602  
01311-000 São Paulo SP  
Tel/Fax: (11) 3266-6088  
contato@libris.com.br  
www.libris.com.br

Jornalista Responsável  
Jayme Brener (MTb 19.289)  
Editor-chefe  
Cláudio Camargo  
Editora  
Geralda Privatti  
Repórter  
Ana Carolina Esmeraldo  
Assistente  
Ana Carolina Barella



Projeto gráfico e diagramação  
AreaDesign - Wilma Temin

Fotografias  
Shutterstock

# Relevância e excelência



O Brasil entrou em uma rota promissora de crescimento e fechou a primeira década do século XXI atingindo o posto de sétima maior potência econômica global. As perspectivas para os próximos anos também são muito otimistas. E uma das grandes novidades dessa fase de desenvolvimento é a ampliação e a impressionante modernização do mercado doméstico, com a consequente sofisticação da produção de bens e prestação de serviços.

Na qualidade de prestador de serviços essenciais para os mercados de capitais e financeiro, o setor de contabilidade e auditoria também passa por importantes transformações. Ganhamos a cada dia maior relevância no dinâmico ambiente corporativo nacional. O desenvolvimento dos mercados de capitais e financeiro, o fortalecimento da governança das organizações brasileiras e o aprimoramento do ambiente de negócios no País estão estreitamente relacionados com nossas atividades.

Para acompanhar essa evolução, desde 2009 o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil vem trabalhando num arrojado plano de fortalecimento institucional, lastreado nos conceitos de relevância e excelência. Nossa meta é firmar, junto à sociedade em geral e ao mercado, em particular, nossa marca como instituição líder de um segmento imprescindível para que o mercado de capitais, o sistema financeiro e as empresas pequenas, médias e de grande porte no Brasil continuem propiciando o desenvolvimento do País.

Um dos instrumentos desse plano de fortalecimento institucional está agora em suas mãos: a revista *Transparência Ibracon*. A publicação, trimestral, nasce com o propósito de dar maior visibilidade à atuação do Ibracon e levar a um grande contingente de líderes empresariais e formadores de opinião o ponto de vista do Instituto sobre questões de interesse nacional e setorial.

*Transparência Ibracon* será, também, mais uma ferramenta de apoio à missão do Ibracon, que em 2011 completa 40 anos, de manter a confiança da sociedade na atividade de auditoria independente e a relevância da atuação profissional, salvaguardando e promovendo os padrões de excelência em contabilidade e auditoria independente.

Tendo como pano de fundo as recentes transformações nas práticas de contabilidade e auditoria, esta primeira edição de *Transparência Ibracon* apresenta reportagens que ajudam a apontar caminhos para o mercado e o setor. É o caso do artigo de *sir* David Tweedie, presidente do IASB, que destaca a liderança do Brasil na adoção das IFRS, e da entrevista com Maria Helena Santana, presidente da CVM, para quem o mercado de capitais ainda tem muito espaço para crescer no Brasil.

Também destaco o panorama traçado pela reportagem Oportunidades e Desafios, na qual a presidente da Diretoria Nacional e os membros do Conselho de Administração do Ibracon avaliam o que o nosso setor pode esperar para este ano. Não deixe de ler, ainda, o que está por vir, em termos de tecnologia, para o mundo dos negócios, na opinião de especialistas de diversas áreas.

Espero que você aprecie o conteúdo desta edição e nos ajude com sugestões de temas a serem abordados nas próximas reportagens.

Um abraço,  
Ana María Elorrieta  
Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon



# Em franca evolução

O mercado de capitais brasileiro evoluiu muito desde a década de 1990, quando o país experimentou um grande aumento no fluxo de investimentos estrangeiros. Setores inteiros se expandiram e se consolidaram a partir da captação de recursos em Bolsa. E essa movimentação impactou a geração de emprego, a inovação e a eficiência das companhias que foram ao mercado.

Tendo em vista o tamanho e o dinamismo da economia brasileira, o mercado de capitais ainda tem muito espaço para crescer. "O ideal seria termos um número bem maior de empresas de segmentos que representam melhor a diversidade da nossa economia", assegura Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A entrevistada desta primeira edição de *Transparência Ibracon* acredita que, até agora, presenciamos apenas o começo do ciclo de expansão do mercado de capitais no Brasil. Para ela, o desenvolvimento será muito mais marcante nos próximos anos. Acompanhe a entrevista completa a seguir.

## Qual é o grau de desenvolvimento do nosso mercado de capitais?

O Brasil está evoluindo para uma série de melhorias que ainda são necessárias e sobre as quais permanentemente os agentes e nós estamos trabalhando. Hoje, temos um mercado atrativo, que tem obtido sucesso em trazer capitais para colocar à disposição das nossas empresas e em oferecer opções de diversificação para os investidores, domésticos e estrangeiros, institucionais ou pessoas físicas. O mercado brasileiro de capitais é bastante sofisticado e diversificado, mas não sei se é possível dizer que ele já está maduro.

## Como a sra. avalia o mercado brasileiro de capitais em relação aos demais países emergentes?

Estamos muito bem em alguns aspectos e ainda temos muito o que conquistar em outros. Quando se trata dos mercados de países com bagagem cultural anglo-saxônica, certamente estamos atrás, pelo menos em termos de abrangência, número de empresas e volume de negócios. Nesses mercados, a ideia de listar a companhia e, eventualmente, deixar de ser o sócio que manda sozinho no negócio para poder crescer é muito mais amigável do que aqui, para o empresário brasileiro. A partir desse ciclo recente, que começou com a abertura de capital da Natura, em 2004, podemos dizer que os casos de

**“A contabilidade é a base de tudo. Não haveria mercado sem alguma forma de traduzir para os agentes o que é aquele negócio em números”**

Leo Pinheiro / Valor / Agência O Globo



sucesso são muitos. Ficou claro que há um modelo mais acessível para mais empresas de vários tamanhos. Ele permite a esses empresários superar as limitações dadas pelo volume de recursos que cada um tem, pelos lucros acumulados naquele negócio ou pelo crédito do BNDES. É possível crescer em outra escala e ocupar outras posições usando o mercado de capitais. Como isso não fazia parte da nossa tradição cultural, acho que o processo começou mais tarde aqui e com bem menos ênfase.

Em termos de governança, o que nós ouvimos de investidores é que tivemos uma evolução muito grande nos últimos dez anos. É uma mudança que pode ser notada na qualidade da gestão e da informação divulgada por um grande número de empresas. Acho que medidas recentes, como a convergência para o padrão contábil internacional, as IFRS, vão garantir um destaque ainda maior para nós, já que fomos razoavelmente agressivos nesse processo e tivemos sucesso.

**O fato de termos menos empresas listadas em Bolsa significa, necessariamente, que estamos atrasados?**

Acho que sim. Para o tamanho da nossa economia, contamos com um número muito pequeno de companhias listadas. Temos capacidade de atrair recursos para investir nesse mercado e gerar uma precificação dos ativos que estão disponíveis. O ideal seria termos um número bem maior de empresas de segmentos que representam melhor a diversidade da nossa economia. Ainda não chegamos lá, embora o avanço tenha sido realmente espetacular nos últimos anos.

**“O Brasil está muito na moda. Os investidores estrangeiros admiram nosso potencial de crescimento com estabilidade, fruto da credibilidade que a política econômica e monetária do país tem conquistado”**

André Durão



## **Quais são as expectativas para os próximos anos?**

Estamos só no começo desse processo. A prosperidade que o mercado de capitais ajudou a trazer para a nossa economia é muito grande. Setores inteiros que não usavam o mercado não só vieram para a Bolsa, com balanços auditados, com informações abundantes à disposição do público – o que requer uma organização totalmente diferente do que elas tinham antes –, como têm crescido, são consolidadores. Alguns se tornaram setores com liderança mundial. E isso só foi possível a partir da captação de recursos, utilizando, muitas vezes, as próprias ações das empresas como moeda em operações. São alavancas que o mercado é capaz de oferecer e que têm sido usadas pelas empresas. Isso já permitiu muita prosperidade; permitiu que negócios às vezes detidos por famílias na terceira ou na quarta geração, com arranjos societários complicados, pudessem ser resolvidos para que se serenasse a companhia e houvesse uma opção de saída via mercado para os acionistas que não desejassem mais permanecer.

Creio que monetizar, transformar participações acionárias e negócios familiares em algo quantificável e, eventualmente, até líquido, gera uma série de benefícios. Fora, é claro, o impacto desses recursos sobre as próprias empresas, seu crescimento, a influência na geração de emprego, na capacidade de investir para inovar, ser mais eficiente, melhorar a margem e tudo o mais. No entanto, esse é só o começo. Minha expectativa é muito positiva, não necessariamente para o mês que vem ou este ano, porque

isso é algo muito influenciável pela conjuntura econômica mundial. Estou falando em médio e longo prazos.

## **Como o mercado brasileiro de capitais reagiu à recente crise econômica mundial?**

Em alguma medida, é justo dizer que a crise não nos afetou porque o mercado não estava ainda tão sofisticado e não tinha à disposição, a maioria dos produtos estruturados, mais complexos, que foram causa de problemas lá fora. Assim como não havia um alto grau de disseminação do crédito na economia, suficiente para dar origem ao tipo de bolha que vimos no exterior, que esteve na raiz disso tudo. Nas últimas décadas também fizemos uma opção por regular mais, no sentido de conquistar credibilidade a partir do momento da estabilização da nossa economia com o Plano Real. Revimos as instituições e a legislação para garantir que os riscos seriam mais bem controlados no Brasil, que as informações seriam prestadas com qualidade e que os investidores que colocassem seu capital teriam seus direitos respeitados.

Junto a isso veio um processo de reforma e de fortalecimento das instituições, da CVM e do Banco Central. Isso ajuda a explicar a forma como atravessamos essa crise. Os mercados e as nossas instituições financeiras eram mais regulados do que na maioria das economias centrais. O que antes era até considerado um defeito, algo que atrapalhava a criatividade e a inovação, eventualmente pode não ser tão negativo assim. Ajudou-nos e hoje acho que o consenso em relação à necessidade de uma regulação boa e firme, embora balanceada, é bem maior.

## **A abertura de capital e a captação de recursos permitiram a consolidação de diversos segmentos da economia. Quais setores estão mais fortemente presentes na Bolsa?**

Os setores mais representativos são o imobiliário, de construção e incorporação, e o financeiro, abrangendo bancos e prestadoras de serviços de outros tipos, como seguradoras e cartões de crédito. Além do segmento da energia elétrica, que tem geradoras, distribuidoras e usinas. Esses segmentos têm o maior número de empresas, mas a grande representatividade, em termos da capitalização de mercado, ainda está com os produtores de matérias primas, como a Petrobras e a Vale.

## **Pode-se estimar o potencial de crescimento do ponto de vista setorial?**

Posso, talvez, sugerir que o setor de serviços ainda não tem, na Bolsa, a representatividade que tem na economia. Na Bolsa, os setores industrial e de concessionárias de serviços públicos têm grande representatividade em função da origem do mercado e do passado da nossa economia. Minha impressão é que isso talvez mude.

## **Como a senhora vê a crescente atratividade do Brasil aos olhos dos investidores estrangeiros?**

O Brasil está muito na moda. Os investidores estrangeiros admiram nosso potencial de crescimento com estabilidade, fruto da credibilidade que a política econômica e monetária do país tem conquistado. Além desse

primeiro atrativo, eles têm aprendido que podem confiar no nosso ambiente institucional, que as regras são estáveis, os órgãos reguladores são atuantes e cumprem seu papel e que a legislação e as regras existem, têm boa qualidade e os protegem. Acho que isso coloca o Brasil em um grau de atratividade um pouco adiante de outros emergentes.

### **Qual é a sua avaliação sobre o grau de governança já atingido pelas empresas brasileiras?**

Acho que tem evoluído muito. Hoje, qualquer empresário que considere a possibilidade de listar sua companhia em Bolsa irá se preocupar com aspectos da sua governança porque sabe que o mercado olha para isso. Medidas são tomadas antecipadamente; conselhos e estruturas internas de controle são montados. No passado, as companhias iam ao mercado

funcionamento. Não se trata de uma lista de providências que você toma uma vez. Falta disseminar a consciência para um universo muito maior de companhias, de empresas médias e inclusive pequenas, que podem se beneficiar muito da aplicação dessas práticas em seu modo de trabalhar.

### **Que segmentos de empresas listadas em Bolsa têm mais a comemorar em governança?**

As empresas do novo mercado, não há dúvida. As regras do novo mercado funcionam como uma ótima plataforma para começar e chamar a atenção das companhias para o assunto.

### **Como a CVM vê a parceria entre a Bats Global Markets e a Claritas para a criação de novas Bolsas no Brasil?**

Certamente essas duas empresas viram espaço a ser ocupado aqui. Isso

opinião sobre essa parceria; a nossa regulação acomoda a concorrência entre Bolsas. Portanto, se houver outro participante, vamos acolher e analisar o pedido de registro. Do nosso ponto de vista, não deve haver problema nenhum.

### **Qual é sua avaliação sobre o processo de adoção das IFRS no Brasil? A transição já está concluída?**

Está concluída. As demonstrações estão saindo, questões complicadas, como aquelas relacionadas às concessionárias de serviço público, foram objeto de imenso trabalho e atenção por parte do pessoal do mercado. Estão equacionadas. Portanto, acho que a fase de normatização está concluída. Creio que os resultados serão muito positivos principalmente para as companhias, mas também para os investidores, que poderão se apoiar em demonstrações financeiras de qualidade superior.

### **Há quem elogie a rapidez e eficiência com que o Brasil fez a convergência às IFRS. A senhora concorda?**

Acho que acabou sendo rápido, embora tenhamos querido fazer isso há muito tempo, desde o Projeto de Lei de 1997, que foi para o Congresso e não progrediu. Quando a lei foi aprovada, realmente houve uma transição bem acelerada.

### **Qual é o papel da contabilidade em um mercado mais regulado?**

É a base de tudo. Não haveria mercado sem alguma forma de traduzir para os agentes do mercado o que é aquele negócio em números. Na medida em

**“A fase de normatização das IFRS está concluída. Os resultados serão muito positivos principalmente para as companhias, mas também para os investidores, que poderão se apoiar em demonstrações financeiras de qualidade superior”**

sem nenhuma preocupação com a governança. As coisas avançaram, mas ainda falta uma consolidação desse interesse e da compreensão de que a boa governança é um processo, um sistema que tem de ser implantado e mantido em

demonstra o crescimento do nosso mercado e o potencial que ele ainda oferece. Quem precisa achar que há espaço para mais um participante é o próprio mercado e, aparentemente, isso já está se mostrando uma realidade. A CVM não deve ter



**“Em governança, tivemos uma evolução muito grande nos últimos dez anos. A mudança pode ser notada na qualidade da gestão e da informação divulgada”**

que as normas que hoje são adotadas se dissociaram da contabilidade fiscal e estão mais voltadas a refletir a essência econômica dos negócios, acho que a contabilidade se torna ainda mais capaz de desempenhar o papel que sempre teve. Isto é, de informar os fatos básicos sobre aquele empreendimento.

**A evolução do mercado obrigou as empresas a trabalhar em um nível mais elevado de regulação, aumentando o padrão de transparência e governança corporativa. Isso refletiu em um amadurecimento das companhias?**

Na raiz de tudo está a necessidade de usar o mercado. Nossas empresas sempre foram reconhecidas pela eficiência e pela capacidade de adaptação das suas lideranças. Afinal, eram capazes de sobreviver em um ambiente extremamente instável e desafiador, como foi o Brasil ao longo de muitas décadas. É uma característica dos executivos brasileiros. Com a estabilização da economia e a perspectiva de crescimento, sobretudo a partir do início da década passada, o mercado de capitais passou a ser necessário, já que as fontes de recursos de que as empresas dispunham não

eram mais suficientes para financiar o potencial que elas enxergavam. Então elas se colocaram à altura do desafio de jogar o jogo nas regras impostas. Isso pressupõe informações de melhor qualidade, um excelente padrão contábil e governança estruturada e que funcione. ✓

# As novas fronteiras

**Especialistas apontam o que o mundo dos negócios pode esperar do desenvolvimento tecnológico nos próximos anos e também os gargalos que o Brasil deve superar**

Com o Brasil assumindo, no início deste ano, a posição de sétima maior economia do mundo, crescem as discussões sobre o que o País deve fazer para manter o crescimento de forma sustentada. E um dos tópicos mais importantes envolve os avanços necessários na área tecnológica. *Transparência Ibracon* ouviu três especialistas de áreas diferentes sobre os desafios e gargalos a serem enfrentados pelo país. Gilson Schwartz é professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo e criador da Cidade do Conhecimento, iniciativa pioneira na área de gestão do conhecimento e de novas mídias. Alan Balaban, advogado paulista, é especialista no impacto das novas mídias sobre o mundo do Direito, principalmente na área trabalhista. Flávio Antônio da Costa Filho, paranaense, é um veterano do comércio virtual e hoje dirige o portal de compras Buy2Joy. Confira o que eles têm a dizer.



## Educação, educação, educação

Para o professor Gilson Schwartz, há três ondas tecnológicas que resumem o que existe de prioritário nas agendas de política tecnológica e estratégia empresarial nos Estados Unidos, na União Europeia e na Ásia: segurança, internet das coisas e metagestão da informação. "Nas três áreas há programas governamentais em curso e subprojetos segmentados em logística, saúde, transportes, energia, meio ambiente, cultura, entretenimento e finanças", diz Gilson Schwartz. Segundo ele, "a convergência entre o mundo pós-revelação do WikiLeaks (que foi o 11 de setembro da sociedade da informação), a digitalização da vida (vide redes sociais) e a emergência da web 3.0, em que a gestão da informação é expandida por meio da metagestão do conhecimento (por meio dos metadados da web semântica) prometem tornar realidade a grande revolução capitalista que os mais otimistas começaram a prever no começo da revolução da 'informática'. Revolução só se faz com gente e cultura. Somente depois de 15, 20 anos de pesquisas e socialização da tecnologia (por meio de blogs, *start-ups* e novas redes estratégicas em pesquisa, desenvolvimento e inovação) é que os primeiros frutos culturais, políticos e financeiros da informação virão à luz. Não como bolha, mas efetivamente como uma nova forma de gerar, registrar e distribuir valor, produzir renda e ocupação

e ampliar significativamente o horizonte de longo prazo dos investimentos em hardware, *software* e o que eu chamo de '*knoware*', isto é, economia do conhecimento", afirma.

O projeto Cidade do Conhecimento, que Schwartz lidera, acaba de publicar no Brasil o livro *MESH - The Future of Business is Sharing*, da pesquisadora norte-americana Lisa Gansky. "A mensagem do livro é clara: as redes digitais redefinem as fronteiras entre competição e colaboração, público e privado, material e imaterial. A nuvem (*cloud computing*) e, de modo geral, o universo que passou a ser denominado "internet das coisas" representam a percepção de que apenas níveis crescentes de interoperabilidade (no lugar das guerras de padrões) e articulação em tempo real de várias camadas de *hardware*, *software* e metagestão de informação promoverão novos ciclos de criação, expansão e transformação de mercados", explica Gilson Schwartz.

Ele lembra que o conceito de nuvem "é a realização, pela engenharia de redes, do objetivo maior que é a criação de uma infosfera conectada com princípios claros de governança, segurança, transparência e interoperabilidade". E sem a convergência de mídias a mais avançada das tecnologias vale zero para os novos produtos, serviços e conhecimento. Ou seja, não tem valor para os negócios, sustentabilidade e mais inovação.



### Redes sociais: tendência irreversível

Gilson Schwartz avalia que há duas vertentes no progresso das redes sociais. "A mais óbvia foi abraçada imediatamente pelas áreas de marketing e comunicação das empresas. Elas traduziram as 'redes sociais' em mais um canal para atender os clientes internos ou externos. O que ainda não ganhou profundidade é a vertente mais tecnológica que as redes sociais representam. Depois de décadas de contraponto entre comunismo e capitalismo, as redes sociais significam não apenas um canal de *marketing*, mas a emergência de um capitalismo social. O futuro dos negócios está no compartilhamento. Além das métricas de competição surgirão métricas e sistemas de '*valuation*' cujos parâmetros são tecnológicos e sociais".

Quando discute as barreiras a superar para que os negócios eletrônicos se espalhem de vez no Brasil, Schwartz é taxativo: "educação, educação e educação. Não dá para esperar a expansão de mercados eletrônicos que dependem de serviços intensivos em conhecimento, que eu chamo de '*kiss*' (*knowledge-intensive services and systems*) no país da disfunção estrutural do sistema educacional. O país e os negócios saem perdendo enquanto o Brasil depender mais de *commodities* e menos de '*kisses*' para crescer", conclui o professor da ECA-USP.

## Combate aos "paraísos virtuais"

"O Brasil é um país de contrastes", começa o advogado Alan Balaban. "Em diversos campos da tecnologia – principalmente a internet – estamos muito avançados em relação a outros países. Além de termos preços competitivos, bons profissionais e equipamentos, contamos com diversos incentivos dos governos por meio de tributos e bonificações. Um exemplo claro é a Nota Fiscal Paulista, bonificação adotada pelo Governo de São Paulo na forma de retorno de parte do ICMS, em troca da solicitação da Nota Fiscal. Por meio de compras de bens de consumo, a declaração do imposto é feita simultaneamente. Para o governo é interessante, visto o cruzamento das informações – de pessoas físicas, jurídicas etc. E para o contribuinte isso facilita bonificações, descontos em outros impostos e até sorteio de prêmios", exemplifica.

"Mas, em outros aspectos, temos muito a crescer. Nosso principal problema ainda é o analfabeto digital. Em que pese o Brasil ser um dos países mais populosos do mundo e ter uma economia pujante, mais da metade da população não tem acesso à internet e, quando tem, grande parte não sabe como usar a tecnologia. Vale lembrar que não é considerado analfabeto aquele que sabe assinar o próprio nome. Não podemos levar o mesmo entendimento àqueles que sabem ligar um computador. É importante que toda a população se mobilize para o



correto uso da tecnologia e, por decorrência lógica, o crescimento da nação”, comenta.

Balaban cita os avanços obtidos por outros países como uma meta a perseguir. “Analisemos o berço do capitalismo contemporâneo e da tecnologia, os Estados Unidos. Com o cruzamento de informações e uma população que tem o costume de fazer compras por meios eletrônicos há décadas, tem-se uma estrutura devidamente montada e funcional para esse tipo de operação. Países da União Europeia também merecem destaque em conjunto com Japão e Coreia do Sul. Eles apostam suas economias no desenvolvimento dos meios eletrônicos e, dessa forma, fortalecem o cruzamento de informações entre a relação de consumo e os tributos”, afirma.

O advogado adverte, porém, para alguns riscos que o desenvolvimento das transações eletrônicas traz para o mundo dos negócios. “O meio eletrônico não permite erro. Entretanto, pode-se manipular o meio eletrônico. Para que o sistema de cruzamento de informações seja funcional e justo, deve-se ter em mente que tanto o contribuinte quanto o Ente Público devem respeitar regras e normas vigentes. Antigamente falava-se muito nos paraísos fiscais – para lavagem de dinheiro, transações ilegais etc. Hoje em dia fala-se em paraísos cibernéticos, determinados países armazenam informações que deveriam estar em servidores de outros países. Assim, o combate aos ‘paraísos virtuais’ deve ser feito de todas as formas e por todos os meios”, conclui.

## Maior planejamento para o e-commerce

Ao avaliar as tendências do e-commerce no próximo período, Flávio Antônio da Costa Filho, especialista em soluções de internet e diretor da Buy2Joy, empresa voltada para o e-commerce, comenta: “tecnologicamente, o celular se transformará, senão no principal, em um dos principais pontos de acesso para as transações comerciais. O que já estamos experimentando é o uso dos celulares como facilitadores das compras. Leitores de cartão de crédito e tecnologia de reconhecimento de dados por aproximação do aparelho permitirão aos consumidores compras rápidas e seguras”, prevê.

“Já existe uma tecnologia que permite ao usuário, ao passar por um pôster de propaganda de um show, aproximar seu celular da imagem e registrar a informação em seu aparelho. A compra pode ser efetivada de imediato e o próprio aparelho serve como ticket para reconhecimento nas catracas dos espaços de eventos. A mesma informação pode ser compartilhada com seus amigos, que terminam adquirindo o ingresso na hora”, conta.

“No entanto, acredito que a maior inovação que o e-commerce poderá absorver será uma mudança de perspectiva. Hoje, o e-commerce apenas virtualiza um processo corrente no meio físico. Adotar um ponto de vista *on-line* requer preparo e amadurecimento, mas traz incríveis benefícios. Com a evolução do papel do consumidor nesta era de serviços e informação, as mídias tradicionais tornam-se cada vez mais limitadas em propiciar de forma eficiente sua interação com o mercado”, pondera. “Esta limitação se deve à necessidade que hoje o consumidor tem de pesquisar e se expressar. Se a perspectiva *on-line* for adotada para interpretar e otimizar o meio físico, teremos nos próximos anos ferramentas capazes de transformar os consumidores nos grandes CEOs do comércio varejista”, diz.

O especialista observa, entretanto, os atrasos de que o Brasil ainda padece. “Em 1999, segundo a pesquisa *BizRate.Com*, publicada no *Consumer Online Report*, os EUA já faturavam US\$ 16 bilhões via comércio eletrônico enquanto o Brasil faturou em torno de R\$ 10 bilhões em 2009, dez anos depois. O número de usuários por aqui está em torno de 70 milhões, cerca de 37% da população; nos EUA, esse percentual é de 77%, segundo a Nielsen Online. Portanto há muito a crescer. No Brasil, o acesso à internet está aumentando a cada ano, mas temos um



grande problema: a falta de profissionalização das vendas *on-line*", comenta.

Segundo Costa Filho, "no Brasil, qualquer um pode vender pela internet, seja via blog, e-mail, mídias sociais ou uma loja virtual. Mas a forma como isso acontece hoje é muito precária. Uma boa fatia dos empresários que já experimentaram a venda pela internet fracassou. O motivo principal é a falta de estratégia e planejamento. Acreditar que a internet faz milagres é dar tiro no escuro", comenta. "Muitos empresários entram nesse mercado acreditando que ter um site é explorar comercialmente esse meio. Esquecem do trabalho de planejamento que deve incluir sempre um bom atendimento ao cliente, estrutura de logística eficiente, respeito a prazos, mapeamento de público alvo, acompanhamento das ações dos concorrentes, formação de preço adequada, entre outros", diz.

Quanto aos avanços técnicos e operacionais necessários, Costa Filho cita a premência de redução das altas taxas dos cartões de crédito e a necessidade de *gateways* de pagamento mais acessíveis, além de maiores facilidades oferecidas pelos grandes fornecedores na venda de produtos que permitam ao pequeno empresário praticar preços competitivos.

O especialista também menciona a necessidade de dificultar a venda ilegal, que muitas vezes acaba com o mercado do pequeno empresário, ao lado da padronização eficiente de tamanhos para artigos de confecção, facilitação por parte dos Correios e transportadoras para atender com preços competitivos à necessidade logística dos pequenos empresários; legislação adequada para os provedores de internet que abusam de sua estrutura, dificultando o acesso do usuário a certas ferramentas *on-line*, e também uma infraestrutura de internet mais robusta e acessível.

### Inovações

Costa Filho comenta, ainda, as principais inovações tecnológicas em andamento no *e-commerce*. "Torna-se cada vez mais necessário aprimorar a experiência do usuário quando em contato com um produto ou serviço *on-line*. Inovações como prova de roupas em modelos virtuais, visualização de produtos em 360 graus, compartilhamento de informações sobre serviços de forma instantânea através das mídias sociais, a capacidade de personalizar a loja virtual para que se adeque ao perfil de cada um dos consumidores, a construção de *layouts* inteligentes que trazem consigo informações históricas sobre artigos como roupas e sapatos... O que veremos cada vez mais é a exploração do potencial da rede para que o cliente seja estimulado ao consumo via

ferramentas interativas e informações que agregam valor ao produto. Mas o mais rico de todo o processo é a capacidade que a internet tem de dar ao consumidor o poder sobre o mercado. Esta inovação está para acontecer e, quando vier, veremos o fim da era industrial e o fortalecimento da sociedade de serviços", diz.

E quanto à segurança na transmissão de informações *on-line*, que avanços vêm sendo registrados? "Hoje a internet tem a seu favor sistemas de criptografia de dados para dar segurança ao tráfego da informação *on-line*", explica Costa Filho. "Estes sistemas permitem um bom nível de segurança nas transações. Chamados de certificados de segurança SSL, eles são bastante utilizados no comércio eletrônico. O grande problema não está no roubo da informação enquanto ela trafega, mas nos computadores dos usuários. A falta de informação e de preparo, aliada a um antivírus desatualizado, permite um ambiente propício à proliferação dos trojans, sistemas que roubam informações da máquina."

"Portanto, quando falamos de comércio eletrônico para uma empresa devemos levar em consideração métodos de análise de crédito eficientes que possibilitem o cruzamento dos dados do comprador com outras bases de dados capazes de confirmar sua autenticidade. As empresas de *gateway* de pagamentos oferecem comodidade ao empresário quando ele precisa efetivar um negócio pela internet. Elas assumem os riscos da compra e o empresário fica tranquilo em relação ao recebimento, alcançando taxa zero de inadimplência. Há empresas que oferecem serviços de análise de crédito e avaliação de risco da transação. É claro que tudo isso tem um custo, mas se for bem planejado, ele pode ser absorvido com tranquilidade. Outros sistemas para compra via celular vêm também se mostrando muito eficientes. Isso porque o celular normalmente é utilizado por apenas uma pessoa, com possibilidades muito pequenas de ser infectado por vírus", conclui Costa Filho. ✓



# Luz no fim do túnel

A indústria entrega ao Governo Federal o Projeto Norte Competitivo, que busca cortar pela raiz o “custo Brasil” na Amazônia Legal

O Brasil que sonha ingressar no seleto clube das economias desenvolvidas é o mesmo que tem pesadelos com o enorme déficit em infraestrutura e logística. Mato Grosso, por exemplo, exibe o mais baixo custo de produção de soja entre os grandes exportadores mundiais. A soja mato-grossense, no entanto, chega ao consumidor chinês pelo mesmo preço do produto norte-americano. É verdade que o câmbio hoje joga contra os exportadores brasileiros. Mas boa parte da competitividade fica nas estradas esburacadas, portos desequipados e na incipiência de modais mais baratos – como as hidrovias e ferrovias.

Nesses tempos em que os problemas de infraestrutura estão na ordem do dia, em grande medida por conta da aproximação da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, ambos no Brasil, a iniciativa privada

presta uma colaboração importante. O Projeto Norte Competitivo, entregue ao Governo Federal em março pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), propõe nove eixos logísticos de integração visando cortar pela raiz o custo Brasil na Amazônia Legal.

“Mapeamos 16 cadeias produtivas que englobam cerca de 50 produtos e 95% de toda a produção regional”, explica Renato Pavan, diretor da Macrologística, empresa contratada pelas nove federações de indústrias da Amazônia para elaborar o projeto. O estudo mapeou 151 obras na área de transporte na Amazônia Legal, 39 delas incluindo outros países, num volume de investimentos de R\$ 51,8 bilhões.

“Como as necessidades são muito grandes e os recursos, escassos, foram priorizados 71 projetos, com investimento estimado em R\$ 14,1 bilhões”, explica o administrador Olivier



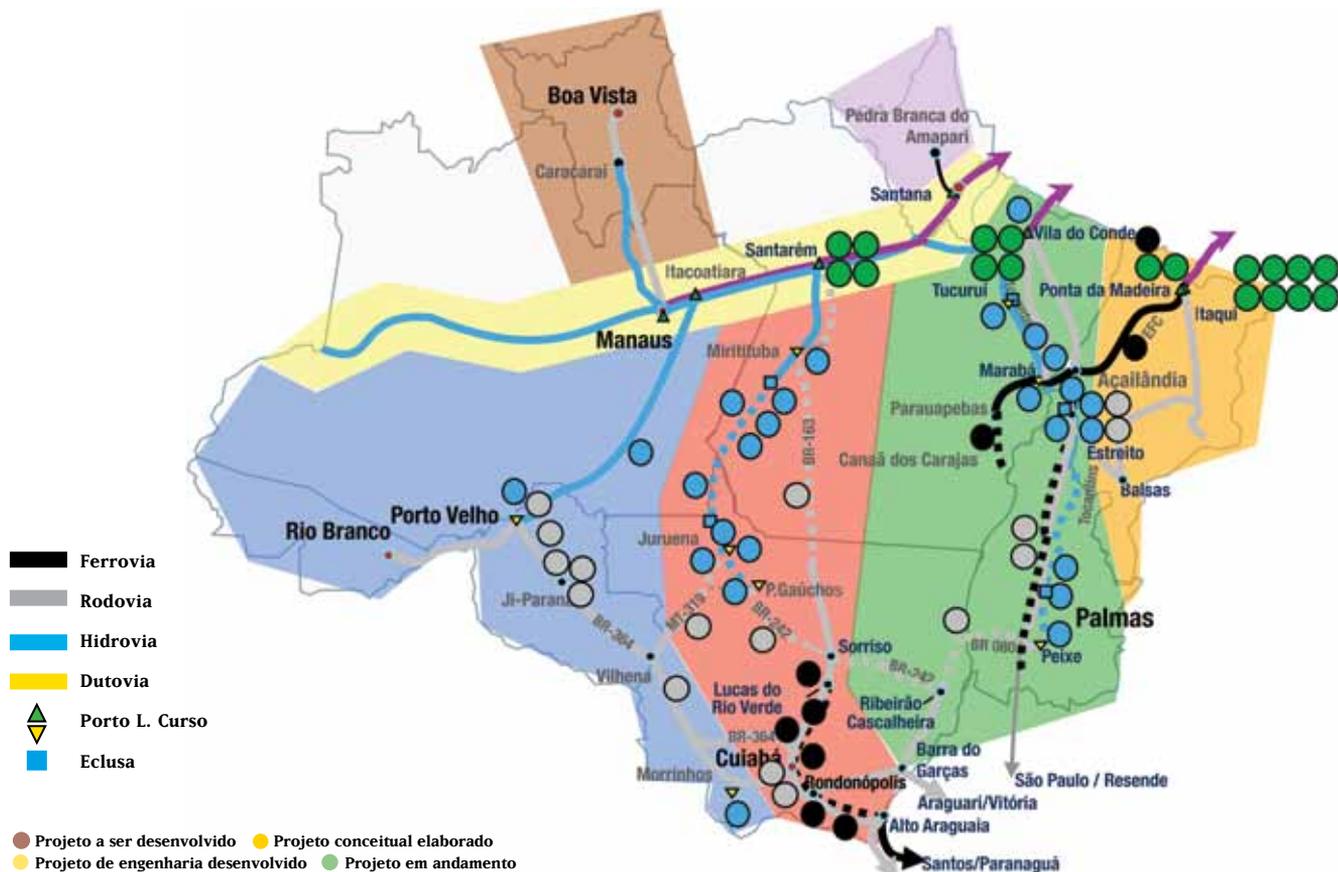
Girard, diretor do Projeto Norte Competitivo. "Escolhemos, é claro, aqueles que têm maior importância para a redução dos custos logísticos, com o maior efeito positivo em termos de integração regional, desenvolvimento econômico e redução do impacto ambiental. E o ponto de partida não foram as fronteiras geopolíticas entre os Estados, mas, sim, a realidade geoeconômica", prossegue.

Os projetos foram agrupados em nove grandes eixos

logísticos de integração: hidrovias do Madeira; integração rodofluvial Manaus-Belém-Brasília; ferrovia Carajás; Ferronorte; rodovia BR-364 (de Alto Araguaia/MT até Rodrigues Alves/AC); hidrovias Juruena-Tapajós; hidrovias Paraná-Paraguai (no trecho de Corumbá a Santo Antônio das Lendas/MT), BR-163 (de Alto Araguaia/MT até Santarém/PA) e o eixo rododroviário da BR-242 (de Ribeirão Cascalheira/MT até Peixe/TO) + hidrovias Tocantins.

"Os investimentos são altos, mas parte deles estará a cargo da iniciativa privada, que tem papel importante, por exemplo, na duplicação da estrada de ferro Carajás", observa Olivier Girard. "E a amortização será bastante rápida, só com as economias anuais geradas em custos logísticos. De fato, apenas com a viabilização do eixo de integração da hidrovias Juruena-Tapajós, o custo logístico total (frete interno, transbordo, tarifas portuárias, frete marítimo) dos grãos

# Mapa dos eixos de desenvolvimento geoeconômico



Fonte: Análise Macrológica

## Nove eixos prioritários

Eixos prioritários já existentes	Investimentos*
BR-364	782
Manaus-Belém-Brasília	244
Estrada de Ferro Carajás	2.762
Ferrovia Ferronorte até Lucas do Rio Verde (MT)	2.512
Hidrovia do Madeira	464

Novos eixos de integração prioritários	Investimentos*
Hidrovia do Juruena/Tapajós	2.879
BR-163	1.363
Hidrovia do Paraguai/Paraná (desde Sto. Ant. das Lendas)	255
Hidrovia do Tocantins + BR-242	4.102
<b>Total**</b>	<b>14.092</b>

\* em milhões de R\$

\*\* excluindo valores duplicados por projetos que fazem parte de mais de um eixo

Fonte: Análise Macrológica



agrícolas tem redução potencial de 39% até Xangai, na China, e de 37% até Roterdã, na Holanda, quando comparado com os custos atuais".

O Projeto Norte Competitivo tem como base duas iniciativas semelhantes realizadas também pelo setor industrial em Santa Catarina, em 2006, e nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo (2006/7). "Esses projetos levaram à identificação de gargalos de grande porte, como a necessidade de ampliação do porto de Itajaí e da construção de um novo porto em São Francisco do Sul", diz o engenheiro Renato Pavan. "O projeto GO/MG/ES conduziu à ampliação do Terminal Intermodal de Pirapora, uma reivindicação que a iniciativa privada fazia há três décadas, assim como à revitalização de grande parte da malha viária de Minas Gerais e à ampliação dos portos capixabas, de forma a permitir a exportação dos produtos dos outros dois estados", conclui.

Mas será que um projeto da dimensão do Norte Competitivo não

colide com os planos do Governo Federal? Para Olivier Girard, metade das propostas apresentadas já está prevista no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). "Mas há pontos divergentes. O governo prioriza, por exemplo, a construção das Ferrovias de Integração Centro-Oeste (FICO) e Leste-Oeste (FILO). Acreditamos que o segundo projeto esteja correto no que tange a atingir as jazidas minerais de Brumadinho, na Bahia. Mas a construção da hidrovía Juruena-Tapajós teria muito mais impacto do que a FICO sobre os custos de logística da produção agrícola na Amazônia Legal. Nosso trabalho não tem por objetivo ir ao encontro dos planos federais, mas, sim, servir de suporte estratégico para a definição das próximas obras a serem priorizadas no Plano Plurianual (PPA), de forma que ele reflita melhor os anseios dos segmentos produtivos da Amazônia Legal", conclui.

Agora, a palavra está com o Governo Federal. ✓

## O que é o projeto

O Projeto Norte Competitivo é uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, a partir de um amplo mapeamento, prevê a instalação de uma infraestrutura logística englobando todos os modais de transporte: ferrovias, hidrovias, rodovias, dutovias, portos e aeroportos. O objetivo final é apresentar ao Poder Público as demandas da iniciativa privada para reduzir o custo logístico, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

De responsabilidade da Ação Pró-Amazônia, coordenadoria da CNI que é composta pelas federações das indústrias dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o projeto foi elaborado pela consultoria Macrologística. Prevê investimentos de R\$ 14,1 bilhões que poderão resultar em uma redução anual de R\$ 3,8 bilhões no custo logístico total, de acordo com a produção projetada para 2020. Quer dizer: os investimentos poderiam ser amortizados em apenas quatro anos.

ÉTICA  
TRANSPARÊNCIA  
EXCELÊNCIA  
INDEPENDÊNCIA  
INTEGRIDADE  
LIDERANÇA  
REFERÊNCIA

**IBRACON**

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

40 ANOS

# Oportunidades e desafios

Condições macroeconômicas positivas põem em destaque o papel das auditorias independentes no apoio ao desenvolvimento brasileiro

O setor de auditoria e contabilidade, fortemente exigido nos últimos anos, ganhará ainda maior destaque em 2011. Ao mesmo tempo em que consolida a convergência do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria, o segmento terá de intensificar sua atuação para fazer frente ao crescimento do país. O excelente cenário macroeconômico, que estimula os negócios e a movimentação de capitais, prenuncia um período de muito trabalho, com muitas oportunidades e desafios.

Em 2010, o Brasil cresceu 7,5%, o que explica por que, aos olhos do mundo, o mercado brasileiro continua tão atrativo. No ano passado, o país bateu recorde de ingresso de investimentos estrangeiros diretos: US\$ 48,46 bilhões, 86,8% a mais que o registrado em 2009. As expectativas são de continuidade do fluxo de capitais. Esse dinamismo manterá o ritmo acelerado com que o setor de auditoria e contabilidade vem participando do desenvolvimento nacional.

Vale lembrar que 2010 foi o primeiro ano em que as companhias brasileiras apresentaram suas demonstrações financeiras em conformidade com as recém-adotadas normas internacionais de contabilidade – o padrão IFRS, sigla em inglês de *International Financial Reporting Standards* –, após um período de dois anos de intensa atividade para implantar as novas regras e adaptá-las aos

processos e sistemas das empresas.

Tendo este pano de fundo, nesta e nas próximas páginas, os integrantes do Conselho de Administração do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, ouvidos pela revista *Transparência Ibracon*, analisam as perspectivas do setor para 2011.





# 2011

## Serviços relevantes

Para a presidente do Ibracon, Ana María Elorrieta, ao mesmo tempo em que têm um efeito muito positivo sobre as atividades do setor, as condições macroeconômicas representam uma oportunidade para ressaltar a relevância da contribuição dos profissionais ao desenvolvimento sustentável do país. A globalização da economia e dos negócios não pode prescindir do apoio crescente dos serviços do setor.

"O papel da auditoria independente adquire cada dia mais relevância, não apenas no processo anual de auditoria das demonstrações financeiras como também no apoio ao movimento de capitais", analisa Ana María Elorrieta, que também integra o Conselho de



**Ana María Elorrieta**

Administração do Ibracon. "Os investimentos internacionais no Brasil e o crescente movimento de empresas brasileiras investindo no exterior criam a necessidade de maior apoio por meio de trabalhos especiais de auditoria, tais como *due diligences*", enfatiza.

Além do ambiente favorável a todas as atividades



**Pedro Augusto de Melo**

econômicas, o setor de auditoria e contabilidade poderá desfrutar de algumas janelas de oportunidade específicas, principalmente por conta da movimentação no mercado de ações, com lançamentos de IPOs, ou em processos de expansão das companhias, que incluem operações de fusão e aquisição, que demandam o aperfeiçoamento dos modelos de controle e de governança.

"Nossas firmas serão muito exigidas porque mais empresas vão querer acessar capital, seja via mercado de capitais seja via mercado de dívidas", analisa o conselheiro Pedro Augusto de Melo. Ele lembra que tanto a consolidação do IFRS como a constante busca pela eficiência tributária, por parte do governo e das corporações, geram boas oportunidades para a profissão.

A importância do setor de auditoria e contabilidade para a modernização do ambiente de negócios do Brasil é inegável, principalmente em tempos de expansão, como o atual. "À medida que o país cresce, as práticas contábeis das organizações se sofisticam e a preocupação do mercado com a transparência se amplia", avalia o conselheiro Juarez Lopes de Araújo. Para ele, o setor tem papel de destaque no cenário corporativo e na construção de um ambiente de negócios próspero para acionistas, investidores e agentes do mercado em geral.

## Momento excepcional

O conselheiro Luiz Guilherme Frazão São Pedro lembra que, além do bom momento econômico do Brasil, o setor de auditoria e contabilidade também será impactado pela movimentação econômica em torno do petróleo do pré-sal, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

"As empresas já perceberam que o Brasil está no foco das atenções dos investidores em todo o mundo. E isso, particularmente para o setor de auditoria e serviços relacionados, é a certeza de crescimento", avalia Frazão. Ele acrescenta que muitas empresas do *middle market* precisarão se profissionalizar para fornecer os serviços e as soluções indispensáveis ao crescimento do País.

Mesmo reconhecendo que o momento é benéfico, o conselheiro Eduardo Augusto Rocha Pocetti lembra que o segmento de auditoria independente ainda tem pequena participação na economia nacional. Segundo



**Juarez Lopes de Araújo**

ele, esse é o grande desafio. "O setor é ainda muito acanhado no Brasil. Estamos aquém do potencial do mercado brasileiro", diz. No entanto, ele vê a questão com otimismo. "Minhas expectativas são positivas, mas tudo depende da evolução do mercado, dos sistemas de controle desses mercados e da governança adotada e desenvolvida pelas empresas", finaliza.

O conselheiro Ricardo Júlio Rodil destaca a necessidade de fortalecimento do setor, em especial das pequenas e médias firmas de auditoria, para fazer frente às exigências de capacitação e treinamento trazidas pelas novas normas de contabilidade e auditoria. Para ele, observa-se entre essas empresas a tendência de desenvolver ações conjuntas, desde uma simples parceria até a associação para treinamentos, e mesmo fusões propriamente ditas. "Este movimento deve resultar no fortalecimento das firmas de pequeno e médio portes e na melhoria dos padrões de auditoria aplicados no Brasil", conclui Rodil.



Ricardo Júlio Rodil

## Desafio encorajador

Para Guy Almeida Andrade, presidente em exercício do Conselho de Administração do Ibracon, a adoção do IFRS e do padrão internacional de auditoria representaram um avanço muito expressivo. "É um desafio encorajador", afirma, referindo-se à responsabilidade das firmas em treinar profissionais.

Segundo ele, a convergência igualou a prática de auditoria ao padrão das principais economias do mundo, o que abre ainda mais o acesso ao mercado de capitais brasileiro. "O fortalecimento desse mercado também fortalece as firmas de auditoria, que terão mais oportunidades de trabalho. E a prática unificada reforça a qualidade da auditoria no Brasil", conclui Guy Almeida.



Eduardo Augusto Rocha Pocetti



**Luiz Guilherme Frazão São Pedro**

Para o conselheiro Mário Vieira Lopes, o dinamismo econômico e o grau das transformações promovidas pela convergência exigem rapidez na formação de profissionais. Ele analisa que, ao comemorar, agora em 2011, 40 anos de fundação, o Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, precisa intensificar seus esforços para equalizar o número de contadores, consultores e auditores frente à nova demanda por esses profissionais.

“É preciso acelerar a formação desses profissionais, tão essenciais ao mercado. O Brasil presencia uma saudável explosão de investimentos, derivados da combinação entre o pré-sal, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, sem falar da mais que urgente recuperação da infraestrutura. Tudo isso demanda pessoal qualificado”, finaliza o conselheiro Mario Vieira Lopes.



**Mário Vieira Lopes**

## Impactos negativos

A presidente do Ibracon, Ana Maria Elorrieta, chama a atenção para os impactos das recentes mudanças na regulamentação do setor. "A busca permanente pela excelência motivou avanços importantes, como o exame de qualificação, a educação continuada e a revisão externa de qualidade", explica. Além de cobrar a criação do Conselho de Supervisão dos Auditores Independentes, com a participação, ainda que minoritária, dos profissionais, ela enfatiza aspectos negativos da revisão regulatória.

"A regulamentação da auditoria independente trouxe desenvolvimentos que o Ibracon considera negativos, como o rodízio das firmas e a imposição de regras de independência que buscam a forma e não a essência", explica Ana Maria Elorrieta, com o apoio do presidente em exercício do Conselho de Administração do Ibracon, Guy Almeida. "É importante enfatizar nossa luta contra o rodízio de auditores. Temos de mostrar não apenas a iniquidade da regra, como indicar caminhos alternativos mais eficazes", diz ele.

O conselheiro afirma que o fortalecimento da atividade envolve a melhoria da prática da auditoria por meio de avanços nas normas técnicas, treinamento dos profissionais e a criação de ferramentas que os auxiliem no planejamento do trabalho, avaliação dos riscos e definição da estratégia dos exames.

O conselheiro Luiz Guilherme Frazão São Pedro aponta que o setor também precisa fazer frente aos questionamentos envolvendo auditorias. "Estamos em um momento de evolução. Podemos e devemos explicar à sociedade o trabalho que fazemos. Nesse processo, o Ibracon tem um papel muito importante, discutindo o escopo de trabalho, limites de responsabilidade e atuação no mercado, entre outros assuntos, para aprimorar sempre – e cada vez mais – o nosso setor", conclui.

Ele acredita que os analistas, investidores, jornalistas e demais interessados precisam ser mais bem informados sobre o papel do auditor – sua atividade altamente regulamentada e suas responsabilidades. "É preciso que se saiba também sobre a responsabilidade dos administradores, dos conselhos fiscais etc", finaliza Frazão. O esclarecimento da sociedade é outro tema que preocupa o conselheiro Juarez Lopes de Araújo. Ele destaca o "grande desafio de enfatizar à sociedade o real papel do auditor e sua importância, a partir da exposição das limitações claras de sua atuação, definidas por questões regulatórias ou pelo próprio escopo de suas funções". ✓



Guy Almeida Andrade



# Um grande exemplo

O Brasil demonstra maturidade ao adaptar-se rapidamente às normas internacionais de contabilidade. Para Amaro Gomes, membro do *International Accounting Standards Board* (IASB), essa agilidade aumenta o potencial do país para atrair investimentos estrangeiros

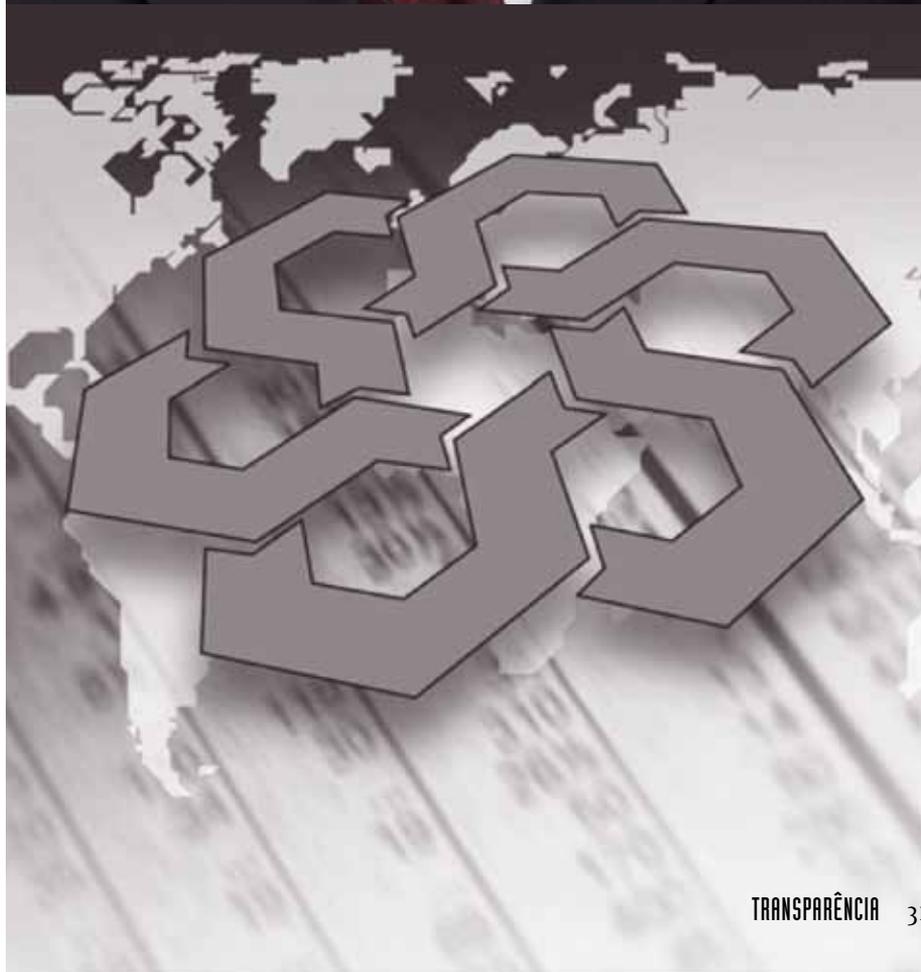
A velocidade e ausência de sobressaltos de porte no processo da convergência das empresas brasileiras às normas internacionais de contabilidade IFRS vêm surpreendendo muita gente. O primeiro (e mais importante) estágio já foi concluído, com a divulgação das demonstrações financeiras de companhias abertas, com data-base de 31 de dezembro de 2010. "O Brasil é uma economia importante no contexto internacional e a adoção das IFRS é um passo relevante no aprimoramento do ambiente de negócios no país", avalia Amaro Gomes, membro do *International Accounting Standards Board* (IASB). "Melhorar a qualidade da informação e ampliar a transparência são elementos essenciais para atrair investidores", comenta. "Com maior confiança, o prêmio de risco será menor, reduzindo o custo de captação e viabilizando investimentos de longo prazo. E a perenidade no fluxo de recursos contribuirá para viabilizarmos o

desenvolvimento e o futuro econômico", diz.

Mas o sucesso nas fases iniciais da convergência não é suficiente. A próxima etapa será de consolidação, com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) incorporando os aprimoramentos mais recentes feitos pelo IASB, por exemplo, em termos de instrumentos financeiros. E com os reguladores e supervisores referendando os pronunciamentos correspondentes. "Minha expectativa é de que o CPC concentre esforços nessa tarefa, em médio prazo, de forma que seja obedecido o prazo que o IASB definiu para a observância dos novos procedimentos, que é de janeiro de 2013", prossegue Amaro Gomes.

Ele destaca que o êxito registrado até agora no Brasil no processo de convergência às IFRS teve como pano de fundo o comprometimento do Governo Federal, dos empresários, contadores, auditores, analistas, da academia, da Bolsa de Valores, reguladores e supervisores. "Esse envolvimento representou o

**Amaro Gomes integra o  
International Accounting  
Standards Board (IASB),  
organismo independente,  
com sede em Londres,  
responsável pela emissão de  
normas contábeis**



compromisso de todos os segmentos interessados no aprimoramento do arcabouço contábil do país e foi fundamental para a criação do CPC", avalia Gomes. "O maior desafio que superamos foi organizar o CPC como o normatizador contábil brasileiro. Foi necessário conciliar as expectativas e os interesses, legítimos, diga-se de passagem, de todos os envolvidos no processo de convergência. Desde o início, todos os segmentos representados no CPC – Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (Apimec) e BM&FBovespa – se envolveram no processo.

"Mas isso não foi suficiente", comenta o membro do IASB. "A eficiência do CPC em produzir, em 2010, todos os pronunciamentos necessários à elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as IFRS, foi um caso particular de dedicação e competência, conduzido por profissionais comprometidos com a missão de incorporar as normas internacionais. Eles trabalharam intensamente, sem remuneração. Não tenho conhecimento de outro país que tenha realizado tanto em tão pouco tempo e não me refiro apenas à América Latina", pondera Amaro Gomes.

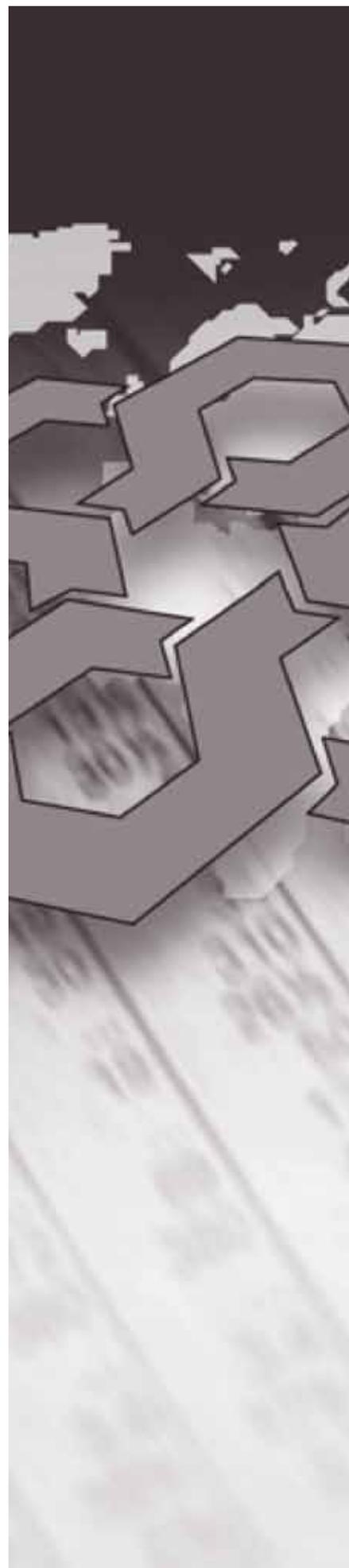
### Próximos passos

Mas quais são os principais desafios a superar para que o sucesso da convergência do Brasil às IFRS seja completo?

"O desafio será proporcional ao porte das organizações e ao nível de sofisticação dos sistemas contábeis adotados. Na realidade, o pronunciamento internacional inova em alguns poucos aspectos, como o conceito de imparidade e os critérios para classificação e avaliação de instrumentos financeiros", afirma. "Mais de 70 países já adotam ou já se decidiram pela adoção do pronunciamento; o empecilho mais frequente é a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam no segmento de pequenas e médias empresas. No Brasil, o CFC desenvolveu um programa de capacitação em todo o país, o que viabiliza a disseminação dos principais aspectos da norma contábil. Tenho participado de alguns desses seminários e a disposição dos participantes é contagiante", diz Gomes.

"Agora entraremos na fase de disseminação interna das IFRS e minha expectativa é de que passemos a participar ainda mais ativamente das iniciativas do IASB. O Brasil tem profissionais extremamente capacitados, mas nossa contribuição internacional ainda é muito tímida", diz Gomes. Ele acredita, aliás, que a capacitação profissional é o próximo grande desafio a ser enfrentado.

"Mas creio que esse desafio será superado sem maiores transtornos, com a criatividade e o empenho característicos de nossos profissionais e da academia", conclui Amaro Gomes. ✓



# Porta para o futuro

**Adoção do novo padrão de contabilidade, alinhado com as IFRS, é diferencial relevante para empresas em expansão que precisam de crédito para crescer**

**A**s pequenas e médias empresas brasileiras desfrutam hoje de um momento muito propício para expandir os negócios e galgar novos patamares. O ambiente econômico é altamente favorável: o aumento do poder aquisitivo do brasileiro demanda maior oferta de bens e serviços e há crédito disponível para alavancar os investimentos. No entanto, apesar de os bons ventos soprarem igualmente para todas as empresas, aquelas que mais rapidamente se adequarem ao novo padrão da contabilidade brasileira terão maior capacidade de aproveitamento dessa janela de oportunidade e mais facilidade para acessar capitais a custos mais baixos.

A convergência às IFRS (sigla em inglês para *International Financial Reporting Standards*) assegura maior qualidade e transparência às informações financeiras, que são a matéria-prima das análises de crédito do mercado. As pequenas e médias empresas têm muito a ganhar com isso: quanto mais transparentes, maior será o acesso ao crédito em condições mais favoráveis e taxas reduzidas.

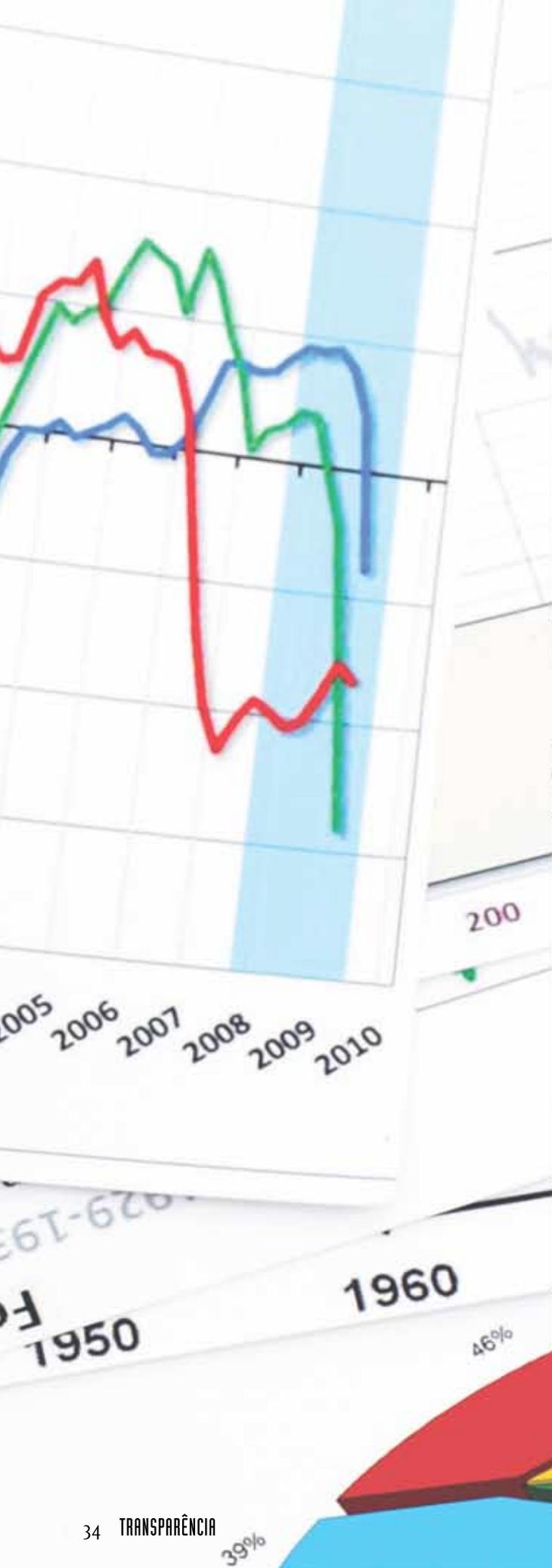
“As empresas mais transparentes terão acesso a crédito mais barato. Elas poderão melhorar suas estruturas, crescer mais e expandir atividades. Adotar a nova contabilidade é uma questão de semear o futuro”, garante

Vânia Maria da Costa Borgerth, chefe do Departamento de Contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o principal agente de financiamento de longo prazo para todos os segmentos da economia brasileira.

Amador Rodriguez, superintendente da Captação de Dados da Serasa Experian, endossa o ponto de vista do BNDES e avalia que as demonstrações contábeis têm papel fundamental na análise das empresas tomadoras de empréstimos. “A disseminação das demonstrações contábeis adaptadas ao padrão internacional de contabilidade tende a afetar de forma muito positiva a tomada de crédito no Brasil. A transparência é fundamental para abrir portas e incrementar o relacionamento das empresas com o mercado, culminando em menores custos na captação de recursos”, confirma Amador Rodriguez.

## Informações confiáveis

As demonstrações contábeis adaptadas às IFRS fornecem informações importantes para as áreas de crédito. Além da avaliação geral das empresas, as demonstrações indicam parâmetros de limites de crédito baseados em valor do ativo, fluxo de caixa e patrimônio



Amador Rodriguez



Vânia Borgerth

líquido. "Com uma informação mais precisa, oportuna e confiável, os concedentes de crédito sentem-se mais seguros na tomada de decisão", explica o superintendente da Serasa Experian.

O empresário deve analisar a transição para os padrões IFRS como uma evolução que tende a valorizar a empresa. "A transparência melhora a situação de risco do empreendimento e as condições de financiamento, reduz o custo de captação e, ainda, é um poderoso instrumento de gestão", acrescenta Vânia Borgerth. Segundo ela, a redução do custo do financiamento é automática: "As empresas que adotam os novos padrões de contabilidade apresentam suas informações de maneira mais transparente e muito mais confiável. O risco automaticamente cai, reduzindo o custo final do empréstimo", acrescenta a executiva do BNDES.

Os dois especialistas são enfáticos quanto aos benefícios da nova contabilidade brasileira para o processo de amadurecimento do ambiente corporativo nacional. Tendo-se em conta que 99% das empresas brasileiras são micro, pequenas e médias, de estrutura familiar, uma coisa é certa: o novo modelo de contabilidade não pode ser



visto como apenas uma obrigação a ser cumprida. Trata-se de uma evolução muito positiva.

Muitas empresas familiares encaram a apuração das informações contábeis como um mal necessário para satisfazer às exigências do Imposto de Renda. Está na hora de elas perceberem que, na verdade, a boa contabilidade é um instrumento de melhoria da gestão. "Quando o gestor tem informações mais confiáveis ele consegue mapear os riscos do negócio de forma mais eficiente e se prevenir quanto a esses riscos", complementa Vânia Borgerth. Para ela, nenhuma empresa pode dar-se ao luxo de ficar à margem desse processo, independentemente do porte ou setor de atividade. "O mercado vai, gradativamente, valorizar cada vez mais essa transparência", sintetiza.

### Capacitação profissional

O impacto da nova contabilidade entre as pequenas e médias empresas será muito forte, principalmente tendo-se em conta que elas representam a grande maioria do mercado brasileiro. Daí a importância do envolvimento de todos os agentes no processo de sensibilização para que as empresas entendam os benefícios da convergência.

O BNDES está empenhado em difundir informações sobre as novas normas para as pequenas e médias empresas, por meio de convênios e parcerias com entidades nacionais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

"O Sebrae é um agente importante porque tem grande capilaridade e acesso a essas empresas, além de já contar com uma estrutura formal de treinamento", explica Vânia Borgerth. Ela também destaca o papel do Ibracon

– Instituto dos Auditores Independentes do Brasil na difusão do conhecimento, principalmente tendo em vista o grande número de usuários, de proprietários de pequenas e médias empresas, de contadores e de profissionais dos escritórios de contabilidade de menor porte que ainda precisam se familiarizar com as IFRS.

"O Brasil tem escassez de professores capacitados para ensinar IFRS e a grade de formação contábil das escolas ainda não foi atualizada", diz a chefe do Departamento de Contabilidade do BNDES, que deixa um recado para as empresas de auditoria de menor porte: todos devem estar preparados e capacitados porque, cada vez mais, as empresas entenderão a importância de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis. E nem todas terão condições de contratar os serviços das grandes firmas. O auditor que não se atualizar, que não se preparar para esse potencial de serviço adicional, ficará para trás. ✓

# Alma aprendiz

A história de José Alonso confunde-se com a da contabilidade e da auditoria no Brasil. E ajuda a entender o desenvolvimento do Ibracon, desde sua fundação, quase 40 anos atrás

**N**ascido em Marília, no interior de São Paulo, José Rojo Alonso é um dos profissionais mais antigos do país na área contábil. Aos 79 anos – 59 dedicados à contabilidade e à auditoria – ele continua ativo. Mantém suas empresas de auditoria e consultoria, é especializado em perícia, atua em várias câmaras de arbitragem no Brasil e na maior do mundo em valores: a Câmara de Comércio Internacional (CCI). “Lá eu faço parte de um comitê técnico. Somos um grupo de 60 pessoas de vários países, 11 das quais do Brasil. Desses, apenas eu não sou advogado”, orgulha-se. Sócio-fundador do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, José Alonso foi presidente da entidade (de 1982 a 1984). Antes, ocupou a vice-presidência nacional e foi presidente da Regional de São Paulo.

Mesmo conhecendo a fundo tudo o que diz respeito à atividade, José Alonso tem alma aprendiz: continua

estudando, sempre, para se manter atualizado. O mais recente dos seus cursos foi à distância, na Universidade Gama Filho, sobre Direito Processual Civil (concluiu no fim de 2010), uma especialização visando principalmente o segmento de perícias e arbitragem.

Com esse vasto currículo de prestação de serviços ao desenvolvimento da profissão, a história desse corintiano – que, diga-se de passagem, já foi auditor do Palmeiras – se confunde com a do Ibracon. Ele vivenciou todas as grandes transformações da área, desde a informatização até a recente convergência às normas internacionais de contabilidade e de auditoria. “A evolução foi muito grande”, avalia. Nas próximas páginas, apresentamos a história de José Rojo Alonso, um exemplo para aqueles que estão ingressando agora no mercado. “Meu conselho é: estudar, estudar e estudar porque essa é uma área muito boa e promissora”, sintetiza.



Palco de grande parte de sua vida profissional, o centro de São Paulo tem lugar garantido no coração de José Alonso

## Calça comprida

Em 31 de dezembro de 1943, a família Alonso saiu de Marília e rumou para São Paulo em busca de melhores opções de estudo e perspectivas de futuro profissional para as crianças. Além dos pais, imigrantes espanhóis vindos da região de Múrcia, em 1904, a família era composta por Pedro, de 16 anos, Ana, de 14, e José, de 12. Um mês após chegar, José conseguiu seu primeiro emprego: *office boy* do Hotel Luso Americano. Depois, foi entregador de A Parisiense, que fabricava chapéus para as senhoras elegantes da época. Seu primeiro grande sonho só foi realizado três anos depois: ter uma calça comprida. Como a família não tinha condições de comprar a roupa, aos 15 anos José decidiu pedir emprego na empresa Piratininga Seguros, de olho no uniforme dos funcionários, composto por calça comprida e camisa.

Aos 20 anos, começou, por acaso, a trabalhar na área contábil. Aprendeu o ofício na prática, como auxiliar e depois como subcontador, e estudando por conta própria. Em 1957, concluiu o curso técnico em contabilidade e, depois, se formou em Ciências Contábeis na Universidade de Taubaté, aos 35 anos.

"Fiz faculdade por dois motivos: eu queria cursar



Os pais, imigrantes espanhóis, queriam um futuro melhor para o pequeno José (de terno claro) e seus irmãos, Pedro e Ana



uma universidade e precisava dela para poder me especializar em consultoria de perícia, algo que até hoje o técnico em contabilidade não pode fazer. Eu ia fazer consultoria para a maior firma do Brasil, mas não podia fazer perícia e auditoria; então, ficava tudo muito limitado", recorda.

Dedicado, José Alonso foi conquistando espaço na contabilidade. Antes mesmo de se graduar já era diretor do Sindicato dos Contabilistas e integrava o Conselho Federal

de Contabilidade (CFC). Após a formatura, foi convidado a dar aulas na universidade em que estudou e também na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Bom contador de histórias, José Alonso se alonga ao falar da primeira formatura – no colégio técnico, aos 27 anos – quando realizou o sonho de sua mãe: conhecer o ídolo Sílvio Santos. Hoje dono do canal de TV SBT, o empresário e apresentador ainda estava em começo de carreira e havia sido contratado para animar a festa. “Ele até que fez um show bem razoável. Sílvio Santos contou piadas e levou uma cantora e uma macaca, que fazia gracinhas”, lembra José Alonso.

O jovem Zezinho, como era chamado pela mãe, aproveitou o discurso como orador da turma para homenageá-la pelo aniversário, naquela mesma noite. “Uma das maiores emoções da vida dela foi ter sido aplaudida por todos que estavam presentes à formatura, principalmente o Sílvio Santos. Ela já acompanhava a carreira dele desde os tempos de suas apresentações nos circos perto da nossa casa, no bairro da Água Rasa”, diz.

Casado há 53 anos, José Alonso tem duas filhas – Ângela, a mais velha, e Cristina, que na realidade é sua sobrinha, “mas foi criada como filha” – e um neto, de seis anos. Apesar de ter sofrido um AVC, ele continua trabalhando. A única alteração em sua rotina acontece uma vez por semana, no dia reservado para tratar uma seqüela na perna com médicos da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). “Eu trabalho todos os dias da semana, menos às terças-feiras, quando faço meu tratamento. Gosto muito do meu trabalho e tenho um relacionamento muito bom e sério com os clientes”, afirma.

Atualmente, a filha Ângela é quem está à frente das áreas de contabilidade e auditoria. Ela é, também, conselheira do CFC. A outra filha, Cristina, é responsável pela área administrativa da firma de auditoria e também sócia, ao lado de Ângela, da empresa de consultoria. Satisfeito com o time familiar, o patriarca garante: “Se meu neto tiver vocação na área contábil, será meu sucessor”.



José Alonso discursa na fundação do Ibracon, em dezembro de 1971



**José Alonso toma posse como presidente do Ibracon, em 1982, cumprimentado pelo antecessor, Gilson Menezes**

### **Em sintonia com o mundo**

E como foram essas quase seis décadas de atividades em contabilidade e auditoria? "Olha, mudou quase tudo. E está mudando mais ainda desde o ano passado", diz José Alonso. Um exemplo foi a chegada da informática. Ele conta que viu um computador pela primeira vez, na década de 1960, em visita a uma grande companhia de bebidas. Naquela época, ele já havia lido reportagens e visto fotos do equipamento na revista norte-americana *Journal of Accountancy*. O primeiro computador para sua empresa foi adquirido na década de 1980, quando a maioria das companhias ainda não o usava. Isso mais ou menos uma década depois de ter comprado outro importante item para facilitar o contato com os clientes: o aparelho de fax.

Apesar das modernizações, José Alonso acredita que o fundamento da profissão ainda é o mesmo de quando começou, aos 20 anos de idade. "A evolução foi muito grande, mas as coisas básicas continuam iguais. Algumas demonstrações vêm mudando, sob orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Ibracon. Então já estamos nos aproximando dos países mais adiantados. Alguns até se atrevem a dizer que estamos à frente de quase todos. Não é bem assim, mas estamos evoluindo", explica, cauteloso.

Na auditoria, as modificações foram extensas, também para melhor. "Nas décadas de 1940 e 1950, a auditoria só era chamada por uma firma brasileira quando um sócio tinha brigado com o outro. Ou porque havia suspeita de fraude. Hoje, são poucos os que pensam assim", diz.



**Jubileu de Prata do Ibracon: 13 de dezembro de 1996**

Marcos Fernandes



## Desde a origem



**Fundação: José Alonso é o primeiro, à esquerda, sentado à mesa na abertura dos trabalhos do IAIB**

José Rojo Alonso tem uma relação antiga com o Ibracon, desde antes de sua fundação, em 13 de dezembro de 1971, resultado da fusão entre o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) – criado em 1957, como Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP) – e o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBAI), nascido em 1968. Da união surgiu o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, representado pela sigla IAIB, transformado, em 1982, em Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon). Para aumentar a abrangência da associação, em 2001 o Ibracon passou a chamar-se Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a incluir auditores, contadores e estudantes.

José Alonso participou ativamente da fundação do Ibracon, já que era presidente da regional paulista do IBAI. "Primeiro, o IBAI e o ICPB tiveram de se acertar e diminuir seus problemas de relacionamento; havia disputas", esclarece.

Naquela época ainda não existia a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Era o Banco Central que cuidava do mercado de capitais. Quando a CVM foi criada, o BC repassou os registros dos auditores a ela. E nessa operação era muito comum que representantes dos dois institutos pedissem audiências com dirigentes do Banco Central para tratar do mesmo assunto. "O BC resolveu, então, que não iria mais acolher esses pedidos enquanto não houvesse um único grupo. Sob essa pressão, criou-se um só instituto, unindo os dois mais fortes e outros regionais, como o Instituto de Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul (ICARGS) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes na Guanabara", finaliza Alonso. ✓



# Setor público prepara convergência

**Principais dificuldades para alinhar a contabilidade pública aos padrões internacionais estão na falta de pessoal qualificado e de investimentos dos estados e municípios em sistemas de TI**

**O** Brasil avança no caminho da consolidação e aperfeiçoamento da estabilidade e do crescimento sustentável. A partir de 2012, mais um passo será dado nesse sentido, com a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da União, dos estados e do Distrito Federal. Os municípios farão a transição em 2013. A implantação do novo modelo de contabilidade, que dará início à convergência do setor público aos padrões internacionais, será um grande desafio para os governos e para toda a sociedade brasileira.

Apesar dos imensos impactos positivos que essa convergência trará, é preciso reconhecer que as dificuldades a serem superadas para sua implantação e consolidação não são poucas. A mudança de cultura por parte da administração pública é um dos principais entraves, na avaliação de Paulo Henrique Feijó, analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ele explica que há no setor público, de modo geral, o hábito de não segregar os fatos orçamentários dos patrimoniais, ou seja, de não registrar alguns fenômenos essencialmente econômicos, como a depreciação. Como primeiro passo para viabilizar a convergência, a STN e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se esforçam para prover capacitação e formação de multiplicadores do

novo modelo de contabilidade, com o objetivo de que haja mais profissionais capazes de disseminar as novas regras. "Sabe-se que toda mudança de cultura leva mais tempo, mas quando ela é apoiada em sistemas informatizados, pode ser mais bem conduzida", diz Feijó.

Essa é justamente uma das dificuldades. Segundo uma pesquisa feita pelo CFC, em parceria com a STN, entre os responsáveis técnicos pela implantação das normas nos estados e municípios, são essenciais duas questões: a tecnologia de informação (TI) e o capital intelectual. Com relação à primeira, constatou-se a falta de investimento dos estados e municípios em sistemas de informação e em ferramentas da informática. "Essas deficiências precisam ser superadas por meio da conscientização dos gestores de que o controle do patrimônio público é fundamental para o gerenciamento eficiente dos recursos públicos", avalia Verônica Souto Maior, conselheira e membro da Câmara Técnica do CFC e coordenadora geral do Grupo de Trabalho do Comitê Gestor da Convergência Brasil.

Ela cita como exemplo de deficiência o fato de a aplicação do princípio de competência para a receita pública estar mobilizando – e desafiando – os órgãos arrecadadores nos três níveis de governo. "Não se sabe, nem na União, nem nos estados e tampouco nos municípios, qual é o valor do crédito tributário dos



entes", diz Verônica. "Estamos discutindo cortes de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União, quando se perdem trilhões em tributos que não são controlados ou créditos que não são cobrados", completa ela. "Hoje, uma pergunta de fácil resposta é: qual o valor do crédito da União decorrente do 'Refis da crise' que foi realizado em 2009?". "Não se sabe o valor do crédito, nem os contribuintes são mobilizados para responder a determinados desafios, em função da falta de uma contabilidade que funcione como ferramenta gerencial e garanta, na ponta, níveis de eficácia, cujo resultado ainda é desconhecido pela maioria dos gestores públicos", diz Verônica. A conclusão é que as soluções continuam sendo as mesmas, para os velhos e novos problemas, e o país se vê privado de investimentos em função de cortes de gastos e da elevação da carga tributária.

### Capital intelectual

Quanto ao capital intelectual, a pesquisa revela os contrastes da educação brasileira. Há ilhas de excelência, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e alguns estados onde as coisas já estão bem avançadas, como Santa Catarina. Mas o levantamento também mostra que em certos municípios não há sequer um contador; o atendimento é de responsabilidade de empresas de serviços contábeis terceirizadas. Para alterar esse cenário, vários estados e municípios têm instituído grupos de trabalho técnicos visando discutir a solução de forma conjunta. Isso porque, além da área contábil, o que se constata é que faltam informações e controles internos na administração pública. Sem esses dois pré-requisitos, o prejuízo gerencial e material é imenso.

Muita coisa, contudo, já vem sendo

feita para mudar essa realidade. "Estamos realizando vários cursos e treinamentos, nas modalidades presencial e à distância, para a formação dessa mão de obra. É importante notar que já existe material disponível de excelente qualidade, como os Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicados pela STN e elaborados em parceria com o CFC", diz Verônica. "Percebemos que o desafio não é ensinar contabilidade, mas, sim, ter informação sobre o patrimônio público. Dessa forma, a sociedade perceberá que a contabilidade é um dos maiores instrumentos do controle social e da tão almejada transparência pública", arremata a coordenadora.

Na avaliação de Paulo Feijó, é provável que os municípios enfrentem menos problemas que os estados e a União no processo de convergência da contabilidade, uma vez que terão



Paulo Feijó



Verônica Souto Maior

de adquirir seus sistemas ou mesmo contratar um escritório de contabilidade que utilize um sistema adaptado. E que, por sua vez, atenda a vários municípios. "No caso de estados e da União, em sua maioria, eles contam com sistemas desenvolvidos em plataformas tecnológicas muito antigas; por isso, praticamente terão de refazer tudo", diz Feijó. Ademais, foi criado pela STN o Grupo Técnico de Sistematização para discutir essas regras com os demais agentes que, direta ou indiretamente, serão afetados pelas novas regras contábeis.

### Transparência

Mas qual é a importância dessa convergência da contabilidade pública ao padrão internacional, a exemplo do que as empresas privadas fizeram ao adotar normas inspiradas nas IFRS? Sabemos que o setor privado prima pela eficiência na aplicação dos recursos dada a competitividade natural entre as empresas. Para a empresa privada, é obrigação fazer com excelência o

controle patrimonial, apropriando o consumo de patrimônio aos processos e resultados. "Já o setor público, por sua natureza, visa atender às demandas da sociedade, e não obter lucro", diz Paulo Feijó. "Contudo, em um contexto de escassez de recursos frente às necessidades sociais, gerir o patrimônio público com base nas melhores práticas existentes faz com que seja possível apurar os custos da prestação de serviços públicos, base para a comparabilidade dos processos entre diferentes gestões", continua. Isso permite melhorar a eficiência na alocação de recursos públicos, promovendo, inclusive, a adoção de práticas que permitam mais ações públicas com menos recursos.

Feijó acrescenta que, com a incorporação de dimensões patrimoniais a partir das novas regras contábeis, a sociedade poderá visualizar, nas demonstrações contábeis, todos os ativos e passivos do setor público. E, portanto, o valor do patrimônio público e suas variações. "O orçamento apresenta uma visão de curto prazo, apenas para o exercício financeiro e muito relacionada com o fluxo de caixa

do setor público. Ou seja, com os ingressos (arrecadação) e os gastos (despesa), não permitindo a visualização dos reflexos sobre o patrimônio", analisa. Entre os valores arrecadados pelo governo se incluem receitas de endividamento (operações de crédito), que geram passivos para o setor público e deverão ser pagas em algum momento, com recursos da sociedade. "Se a sociedade não conhecer o tamanho desse passivo gerado pelo governante, não poderá ter uma dimensão dos riscos fiscais que estão sendo gerados", diz Feijó. Para Verônica Souto Maior, é mais importante a eficiência do gasto público e da arrecadação, "já que não temos como dimensionar e mensurar o que se perde na administração pública brasileira, e isso tem reflexos em todos os setores da economia. Esses reflexos incluem a falta de recursos para os investimentos necessários e o combate aos níveis de pobreza, a elevação da carga tributária e do 'custo Brasil'", analisa. Sem um modelo contábil, ela acredita, "o país se distancia do seu objetivo maior de desenvolvimento e de ocupar espaços no cenário internacional".

As novas regras uniformizam, até determinado nível, as formas de registro contábil do setor público. Desse modo, a Federação passará a falar uma única língua contábil, facilitando o entendimento das formas de registro dos atos e fatos do cotidiano da gestão pública – sempre com a preocupação de que se registrem todos os ativos e passivos e não apenas o que ingressou e saiu do caixa. “A padronização permitirá à sociedade comparar demonstrações contábeis de todos os entes (União, estados e municípios). E isso, juntamente com o processo de transparência das contas públicas, possibilitará à sociedade organizada (sindicatos, ONGs, agências) avaliar melhor a gestão dos governantes”, analisa Feijó. Ele enfatiza que ações de transparência e evidenciação do patrimônio e suas variações são, por sua própria natureza, inibidoras de processos de corrupção, embora não tenham o condão de impedir a corrupção em si.

“As possibilidades de a contabilidade ser utilizada como instrumentalização do controle social e de combate à corrupção são muito maiores do que supõe nossa vã filosofia”, diz Verônica Souto Maior, parafraseando o dramaturgo inglês William Shakespeare. Ela cita como exemplo experiências exitosas: os portais de transparência que já informam os gastos orçamentários e os repasses da União para os estados e municípios. Organizações como a Transparência Brasil e outras tantas têm conseguido monitorar os recursos e sua aplicação no objetivo final dos programas. Nos últimos dez anos, apenas essa informação possibilitou a redução

de mais de 50% de desvios de recursos, como apontam os órgãos de controle externo. A conselheira do CFC acredita que outro desafio significativo é melhorar a qualidade da informação. “Afirmamos que o município ‘A’ gasta R\$ 100 mil na merenda escolar pode não ser útil para o controle social, mas se dissermos a qualquer mãe de aluno que o arroz ou a carne servida na merenda foram comprados pelo preço ‘X’, ela saberá de imediato se houve ou não eficiência no gasto público e poderá controlar melhor o esforço da sociedade na gestão dos recursos públicos”.

O papel das contadorias é fundamental nesse processo de convergência, pois elas devem ter a consciência de que a valorização e o reconhecimento contábil pela sociedade passam pela importância do seu trabalho, tanto no aspecto individual como no coletivo. “Acreditamos que a melhor forma de contribuição que o setor privado pode ofertar ao setor público é demonstrando um padrão de informação adequado e nos níveis internacionais, como já vem ocorrendo no Brasil. E, a partir daí, cobrar que o setor público faça sua parte para reduzir o sacrifício da sociedade e das empresas na construção de um país desenvolvido e mais justo socialmente”, diz Verônica. ✓

# Ibracon terá 110 cursos este ano

**R**aras vezes um setor passa por tantas e tão profundas transformações em um período de tempo tão curto como ocorreu nesta primeira década do século XXI entre as empresas e instituições ligadas ao ramo da auditoria e da contabilidade, no Brasil. Acompanhar o ritmo veloz dessas mudanças não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando se pensa na intensa exigência de atualização dos profissionais do mercado.



Divulgação  
Jorge Alberto da Cunha Moreira

"Esse é um dos grandes desafios do setor: suprir a demanda por profissionais em quantidade e com a qualidade necessária para atender às demandas das firmas de auditoria e contabilidade e dos estudantes da área", avalia Jorge Alberto da Cunha Moreira, diretor

de Desenvolvimento Profissional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Passada a primeira e mais difícil etapa da convergência do Brasil às normas internacionais de auditoria e de contabilidade, o setor já se prepara para aplicar as normas específicas da convergência das pequenas e médias empresas (IFRS para PMEs) e as novas normas de contabilidade do setor público.

Jorge Cunha adianta que, para fazer frente a essa necessidade, o Ibracon vem intensificando as atividades do seu Programa de Desenvolvimento Profissional. Neste ano, os cursos e treinamentos estarão voltados para a aplicação prática dos pronunciamentos do CPC e das novas normas de auditoria. "Teremos cursos específicos sobre a norma de

**Acompanhe os detalhes da agenda de Desenvolvimento Profissional do Ibracon acessando [www.ibracon.com.br/cursos](http://www.ibracon.com.br/cursos)**

contabilidade para PMEs e alguns temas complementares, como *due diligence*, preço de transferência e controles internos", antecipa o diretor.

Segundo ele, a meta para 2011 é realizar mais de 110 cursos em todo o País. "A programação estará alinhada com as demandas do mercado e com as exigências permanentes de educação dos auditores, sem esquecer a continuidade dos cursos *on-line*", informa Cunha. Lançados em 2010, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), os cursos *on-line* sobre as novas normas de auditoria continuam disponíveis.

A Diretoria de Desenvolvimento Profissional do Ibracon atua de acordo com o princípio da educação continuada, que prevê atualização constante dos profissionais. "Para atingir nosso objetivo, realizamos palestras, cursos *on-line* e presenciais em diversas localidades, entre outras atividades de aprimoramento teórico e prático para estudantes, contadores e, principalmente, auditores", finaliza Jorge Alberto da Cunha.

Vale acrescentar a relevante contribuição dada pelos associados do Ibracon, detentores de um alto grau de conhecimento técnico que é oferecido de forma voluntária à entidade. Os associados auxiliam na preparação de comunicados e atuam como instrutores dos cursos. ✓



**CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
CONTABILIDADE E AUDITORIA  
INDEPENDENTE – IBRACON 40 ANOS**

7 e 8 Junho de 2011  
Hotel Intercontinental  
Alameda Santos 1123 – São Paulo

Mais informações em [www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

# Liderança brasileira em demonstrações financeiras

David Tweedie

O Brasil é um país notável. Por ser a maior economia da América Latina, a sétima do mundo e um dos chamados BRICs que estão impulsionando o crescimento econômico mundial, quando o Brasil fala, as pessoas escutam.

No mundo dos relatórios financeiros, o Brasil tem falado com bastante clareza e propósito.

Desde dezembro de 2010, as empresas brasileiras listadas na Bolsa estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). Sem brechas. Sem exceções. Sem interpretações locais. Apenas as IFRS na íntegra, inalteradas.

Ao mesmo tempo, o Brasil optou por adotar a norma IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PME) – versão simplificada destinada às empresas menores e que representa menos de um décimo do número de páginas das IFRS na íntegra. Estima-se que mais de meio milhão de empresas brasileiras passarão a elaborar demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais para PMEs nos próximos cinco anos.

São realizações notáveis, das quais o Brasil deve orgulhar-se imensamente. Os benefícios da plena adoção das IFRS são tanto domésticos quanto internacionais.

Na esfera doméstica, investidores de todo o mundo poderão utilizar uma demonstração financeira brasileira e entendê-la, sem precisar conhecer as exigências contábeis locais. Essa familiaridade reduz os prêmios de risco e, por sua vez, diminui o custo de capital das empresas brasileiras. Além disso, organizações internacionais que buscam aumentar

capital na região poderão ser listadas na BM&FBovespa sem nenhum ônus adicional por relatórios financeiros.

As empresas brasileiras que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS têm, de fato, um passaporte para aumentar seu capital em qualquer parte do mundo – nos mercados da Europa, Estados Unidos e muitas partes da Ásia – sem necessidade de conciliação com as exigências contábeis locais. Essa liberdade só é possível graças à aplicação das IFRS na íntegra, sem modificações.

Em âmbito internacional, a plena adesão do Brasil às IFRS também ganhou vasta repercussão.

O Grupo dos 20 (G-20), do qual o Brasil faz parte, expressou repetidas vezes seu apoio à rápida passagem para um conjunto único de normas globais de contabilidade de alta qualidade. Até 2012, mais de dois terços dos membros do G-20 exigirão o uso das IFRS, enquanto que as demais economias do grupo já estabeleceram prazos para a convergência ou adoção das IFRS em um futuro próximo.

Contudo, apenas a incorporação do conjunto completo de normas permitirá que o G-20 atinja sua meta. A convergência parcial ou a adequação às exigências locais não produzirão normas globais, o que pode abalar a confiança internacional na marca IFRS. Em suma, é um esforço imenso para pouco ganho.

É por isso que a liderança brasileira nessa área é tão importante. Ao acatar as IFRS na íntegra, o Brasil demonstra para o restante do mundo seu compromisso com



**"As empresas brasileiras que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS têm, de fato, um passaporte para aumentar seu capital em qualquer parte do mundo – nos mercados da Europa, Estados Unidos e muitas partes da Ásia – sem necessidade de conciliação com as exigências contábeis locais"**

os mais elevados padrões para relatórios financeiros e ainda colhe os evidentes benefícios de sua plena adoção.

Os próximos anos definirão os relatórios financeiros para uma geração. Os Estados Unidos decidirão se adotam as IFRS no final de 2011. O Japão analisará formalmente sobre o uso interno das normas internacionais em 2012, tendo já autorizado algumas empresas japonesas a aplicarem as IFRS voluntariamente a partir de 2010. Tanto a China quanto a Índia estão a caminho da convergência.

Os interesses brasileiros estão bem representados em todos os níveis do IASB e de nosso órgão central, a Fundação IFRS. Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central do Brasil, é curador da Fundação IFRS. Amaro Gomes, ex-integrante do Banco Central do Brasil, é um dos 15 membros do IASB. Visito com frequência o Brasil e meu sucessor, Hans Hoogervorst, com certeza também passará bastante tempo na região, garantindo que a voz do Brasil continue sendo ouvida e considerada.

Ao final desse processo, espero e acredito que teremos uma linguagem única e mundial para relatórios financeiros, o que o G-20 considera um elemento fundamental da resposta normativa à crise financeira.

Quando isso acontecer, o Brasil poderá orgulhar-se com razão da liderança regional e internacional que o país tem desempenhado. ✓

**Sir David Tweedie é presidente do *International Accounting Standards Board* (IASB)**

# Teste de qualidade



Juarez Domingues Carneiro

## Exame de suficiência ajuda a preparar melhores profissionais para atender às necessidades das empresas

O aquecimento da economia brasileira, entre outros efeitos positivos, também está influenciando na geração de empregos no país. Como a falta de mão de obra qualificada é inegável e atinge todas as atividades econômicas, a expansão eleva a pressão sobre os departamentos de Recursos Humanos das companhias. Esta realidade impacta, com ainda maior intensidade, as áreas de auditoria e contabilidade, cujo trabalho depende quase exclusivamente de conhecimento e experiência.

A boa notícia é que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está melhor preparado para enfrentar a questão, desde a entrada em vigor da Lei nº 12.249/10, que homologou a aplicação do exame de suficiência pela entidade. A primeira edição da prova nacional, este ano, foi realizada em 27 de março pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), contratada pelo Conselho Federal.

"A instituição do exame de suficiência é mais uma das nossas iniciativas visando contribuir para a elevação da formação dos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho", avalia o presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro. Segundo ele, o exame é uma das respostas da categoria contábil às exigências da modernização do ambiente regulatório. "A aprovação no exame como requisito para a obtenção do registro profissional representa um atestado de capacidade

técnica, uma comprovação de que o contador realmente está apto ao exercício na área", diz.

Juarez Carneiro acredita que a principal contribuição do exame de suficiência será a melhoria dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. "Ao longo dos próximos anos, também haverá diminuição no número de notificações e de autuações de profissionais por parte dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs)", acrescenta o presidente do CFC. Frisando que suas expectativas em relação ao exame de suficiência são as melhores possíveis, ele lembra que a prova será aplicada duas vezes ao ano, em todo o território nacional, em edições semestrais.

Para ele, em longo prazo, o exame vai ajudar as instituições de educação superior a melhorar a qualificação dos docentes. O aperfeiçoamento e atualização do conhecimento dos professores já vem sendo buscado, há anos, pelo CFC por meio das parcerias que a entidade firma com as faculdades. "Nós temos o Programa Excelência na Contabilidade, cuja proposta é intensificar a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, participando financeiramente de projetos específicos direcionados a essa finalidade, mediante convênios firmados com instituições de ensino recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)", conclui Juarez Domingues Carneiro. ✓



# IBRACON

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

## Nacional

Ibracon - Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil  
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar  
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP  
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

## Seções Regionais

### 1ª Seção

Rua Tristão Gonçalves, 827  
60015-000, Fortaleza, CE  
Fone/fax: (85) 3065-1099  
[ibraconprimeira@yahoo.com.br](mailto:ibraconprimeira@yahoo.com.br)

### 2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405  
51111-030, Recife, PE  
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175  
[ibraconsegunda@smartsat.com.br](mailto:ibraconsegunda@smartsat.com.br)

### 3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504  
20051-040, Rio de Janeiro, RJ  
Fone/Fax: (21) 2233-5833,  
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357  
[ibraconterceira@ibraconterceira.com.br](mailto:ibraconterceira@ibraconterceira.com.br)  
[www.ibraconterceira.com.br](http://www.ibraconterceira.com.br)

### 4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105  
30170-081, Belo Horizonte, MG  
Fone: (31) 3275-3070  
[ibraconquarta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquarta@ibracon.com.br)

### 5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,  
8º e 9º andares  
01323-001, São Paulo, SP  
Fone: (11) 3372-1223  
[ibraconquinta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquinta@ibracon.com.br)  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

### 6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402  
90020-004, Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3228-3140  
[ibraconsexta@ibraconsexta.com.br](mailto:ibraconsexta@ibraconsexta.com.br)  
[www.ibraconsexta.com.br](http://www.ibraconsexta.com.br)

### 9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91  
Ed. Prado Empresarial, sl. 607  
40279-120, Salvador, BH  
Fone: (71) 3353-2126  
[ibraconnona@ibracon.com.br](mailto:ibraconnona@ibracon.com.br)

